



FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
CURSO BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CRISTINA BOTTEGA CRUZ

**A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE ATÉ SUA TRANSFORMAÇÃO
DIGITAL**

PARAUAPEBAS
2024

CRISTINA BOTTEGA CRUZ

**A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE ATÉ SUA TRANSFORMAÇÃO
DIGITAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso bacharelado de Ciências Contábeis para a obtenção do Título de Bacharel.

Orientador Prof. Jefferson Van de Graaf

PARAUPEBAS
2024

CRUZ, Cristina Bottega

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE ATÉ SUA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Orientador: Prof. Jefferson Cardoso Van de Graaf, 2024.

48 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - FADESA, Parauapebas – PA, 2024.

Palavras-Chave: Contabilidade; Evolução; Tecnologia.

Nota: A versão original deste trabalho de conclusão de curso encontra-se disponível no Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – FADESA em Parauapebas – PA.

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho de conclusão, por processos fotocopiadores e outros meios eletrônicos.

CRISTINA BOTTEGA CRUZ

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE ATÉ SUA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso de Ciências Contábeis para a obtenção do Título de Bacharel.

Aprovado em: 11/06/2024

BANCA EXAMINADORA:

Mateus da Silva Sousa

Prof. Mateus da Silva Sousa
(Coordenador do Curso)

Aline de Oliveira Ferreira

Prof.^a Aline de Oliveira Ferreira Antônio
(Avaliador (a))

William Araujo Gomes

Prof. Esp. William Araújo Gomes
(Avaliador)

Data de depósito do Trabalho de Conclusão 11/06/2024.

CRISTINA BOTTEGA CRUZ

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE ATÉ SUA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do programa do curso de Ciências Contábeis para obtenção do Título de Bacharel.

Cristina Bottega Cruz

Cristina Bottega Cruz
(Discente)

Mateus da Silva Sousa

Prof.(a) Mateus da Silva Sousa
(Coordenador do Curso de Ciências Contábeis)

Dedico esse trabalho a minha mãe que é sem dúvidas minha maior incentivadora, sempre me apoiando e incentivando meu desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus por ter me mantido firme durante este projeto de pesquisa, com saúde e forças para chegar até o final.

Aos meus familiares que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória, pela compreensão e paciência demonstrada durante o período do projeto. Principalmente a minha mãe que é um exemplo de mulher, e vem sendo o meu espelho em tudo o que faço.

Agradeço ao meu orientador por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa.

Também agradeço aos colegas e amigos de turma que sempre agregaram conhecimento com sua experiência desde o início da graduação.

A todos os meus professores do curso de Ciências Contábeis da Faculdade FADESA pela excelência da qualidade técnica de cada um, agregando valor intelectual e passando seus conhecimentos da melhor forma possível para a formação de excelentes profissionais, em especial a professora Sara Debora Carvalho Cerqueira, que tem demonstrado verdadeira paixão pela docência, sempre se doando ao máximo para ajudar cada aluno, com muita seriedade, paciência e dedicação.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”. (Albert Einstein).

RESUMO

O objetivo geral é estudar as mudanças sobre a influência das inovações tecnológicas na profissão do contador. Socialmente, o desenvolvimento deste estudo implica identificar possíveis tendências de extinção ou mudanças abruptas na profissão, que podem impactar significativamente os profissionais, forçando-os a abandonar a profissão ou a migrar para outras atividades vinculadas às novas tecnologias de escrituração. A tecnologia tem introduzido novas formas de comunicação e ferramentas que interferem diretamente nos instrumentos de trabalho contábil, padronizando e integrando o sistema contábil e os processos de fiscalização tributária. A temática se mostra pertinente e contemporânea, pois, assim como as mudanças tecnológicas trazem muitos benefícios, trazem também muitos desafios. Toda gestão sendo pública ou privada, faz uso da Contabilidade. Analisar a interferência das novas tecnologias e da era digital na profissão pode indicar se a mesma se manterá ou não no futuro próximo, dado que vários estudos apontam para a possível extinção de várias profissões nos próximos anos. O estudo esclarece os desafios impostos aos profissionais da contabilidade frente às inovações tecnológicas, ressaltando a importância e a necessidade contínua do papel central do contador, que vai além da entrega de obrigações fiscais.

Palavra-chave: Contabilidade; Evolução; Tecnologia.

ABSTRACT

The general objective is to study changes in the influence of technological innovations on the accounting profession. Socially, the development of this study involves identifying possible trends towards extinction or abrupt changes in the profession, which could significantly impact professionals, forcing them to abandon the profession or migrate to other activities linked to new bookkeeping technologies. Technology has introduced new forms of communication and tools that directly interfere with accounting work instruments, standardizing and integrating the accounting system and tax inspection processes. The theme is relevant and contemporary, because, just as technological changes bring many benefits, they also bring many challenges. All management, whether public or private, makes use of Accounting. Analyzing the interference of new technologies and the digital era in the profession can indicate whether or not it will continue in the near future, given that several studies point to the possible extinction of several professions in the coming years. The study clarifies the challenges imposed on accounting professionals in the face of technological innovations, highlighting the importance and continued need for the central role of the accountant, which goes beyond the delivery of tax obligations.

Keywords: Accounting; Evolution; Technology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A ORIGEM DA CONTABILIDADE.....	13
2.1 Um olhar sobre a contabilidade contemporânea.....	16
2.2 As entrelinhas da contabilidade gerencial e a sua funcionalidade diante da inovação.....	17
3. A CONTROLADORIA SOBRE AS PERSPECTIVAS DO CONTADOR	18
3.1 Os Sistemas de Controle Gerencial	19
4. A CONTABILIDADE SOB A ÓTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	20
4.1 A importância da tecnologia na auditoria	22
5. FISCALIZAÇÃO DO ESTADO	25
5.1 A auditoria contemporânea	26
5.2 A auditoria como controle interno na governança corporativa	29
5.3 Auditoria Digital.....	33
5.4 Sped.....	33
5.5 Elisão Fiscal e Evasão Fiscal.....	36
6. METODOLOGIA	39
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
8.	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

A temática proposta de que a evolução e a rapidez dos avanços tecnológicos previstos nos próximos anos, especialmente os destinados à escrituração contábil, há a tendência de que se criem programas que sejam capazes de sistematizar todo o trabalho contábil, o que gera preocupações e indagações à respeito do futuro da profissão. Nesse contexto, analisar cientificamente tal cenário possibilita uma discussão acadêmica de modo a revelar as prováveis tendências de atuação do profissional da contabilidade de acordo com as regras estabelecidas e segundo a visão daqueles que atuam na área.

A pergunta deste estudo é: como a tecnologia pode afetar a profissão do contador? O objetivo geral é estudar as mudanças sobre a influência das inovações tecnológicas na profissão do contador.

Tem como objetivos específicos: identificar, caso haja tendências de extinção da profissão ou de uma mudança abrupta na mesma de impactar socialmente já que profissionais teriam que abandoná-la ou migrar para outras atividades vinculadas às novas tecnologias de escrituração, Analisar as possíveis implicações sociais e profissionais das inovações tecnológicas na contabilidade, e Investigar se há um risco de extinção ou uma mudança abrupta na profissão devido aos avanços tecnológicos.

Com o advento da tecnologia novas formas de comunicação vêm surgindo, o que interfere diretamente no modo e nos instrumentos de trabalho. No âmbito empresarial, principalmente na Contabilidade, a revolução tecnológica também se faz presente, atualmente tem se desenvolvido diversas ferramentas e softwares, visando à praticidade, de modo a padronizar e integrar o sistema contábil assim, como os processos de fiscalização tributária pelos entes do estado.

Em termos profissionais e sociais a temática se mostra tanto pertinente quanto contemporânea pelo fato de que “A tecnologia traz muitos benefícios, mas também muitos desafios. não existe gestão pública ou privada, ou recolhimento de impostos, e não existiria o mundo como nós conhecemos sem o uso da Contabilidade” (Coelho Junior, 2018), durante uma palestra em Nova Jersey, EUA. Contudo analisar a interferência das novas tecnologias e da era digital sobre a profissão pode indicar se a mesma se manterá ou não em um futuro próximo, tendo em vista que existem estudos indicativos de que várias profissões podem desaparecer nos

próximos anos. O tema proposto traz a seguinte Justificativa: no campo profissional e social se revela pertinente pois visa justamente esclarecer quais são os desafios impostos ao profissional da Contabilidade frente a estas inovações e também ressaltar a importância e a necessidade do profissional, visto que o contador tem um papel central que vai muito além da entrega das obrigações fiscais.

2 A ORIGEM DA CONTABILIDADE

Segundo Olivo, Ana Maria; Boschilia, Luiz (2012, p. 11) “A Contabilidade é um dos conhecimentos mais antigos da humanidade, e surgiu em função da necessidade do ser humano em ter controle sobre seu patrimônio, ou seja, os seus bens, direitos e obrigações”. Infelizmente, durante muitos anos, a imagem do contabilista esteve associada apenas à realização de cálculos e à criação de documentos fiscais, negligenciando o que hoje é considerado o bem mais valioso da humanidade – o conhecimento.

Com o advento da era da informação, onde as informações podiam ser trocadas com o outro lado do mundo em segundos, essa percepção começou a mudar à medida que os relatórios que antes eram gerados pelos escritórios de contabilidade passaram a desempenhar um novo papel na gestão. Organizações que compilam estatísticas e planos de ação numa base teórica e precisa para dados financeiros. Conforme dispõe PADOVEZE (2010, p.4).

Toda informação contábil é útil desde que seja necessária e utilizada para o gerenciamento de uma empresa. Se informações com dados do passado são necessárias para o futuro, então elas devem fazer parte do sistema contábil gerencial. As informações sobre eventos passados são bastantes uteis na comparação com padrões ou dados orçados.

As tomadas de decisão baseadas em dados contábeis são de extrema importância para garantir a precisão, confiabilidade e transparência do negócio. Isso ajuda a reduzir erros e aumenta a confiança do usuário final. Combinar dados e experiência pode resultar em decisões mais estratégicas, visando em melhor se adaptar as situações. Conforme dispõe Maximiano (2009, p. 150).

A diferença entre racionalidade e intuição está na proporção de informação, de um lado, e opinião e sentimentos, de outro. Quanto maior a base de informação, mais racional é o processo. Quanto maior a proporção de opiniões e sentimentos, mais intuitivo se torna. A racionalidade e a intuição

são atributos humanos complementares e não concorrentes.

Isso acontece porque os diversos relatórios fornecidos pela contabilidade nutrem a racionalidade e a qualidade do processo de gestão. Se tivermos um gestor que possua informações claras, objetivas e que o ajude a planejar suas ações, ele naturalmente tenderá a seguir um caminho lógico, racional, baseado em enquadramentos teóricos e práticos. Quando um administrador começar a ver a evolução e a importância dos dados contábeis e financeiros, ele estará inclinado a tomar melhores decisões, pois descobriu agora uma nova e extremamente importante ferramenta de gestão, a contabilidade.

O Padoveze (2013) identifica as raízes da teoria contábil como sendo a teoria da decisão, a mensuração e da informação, a teoria da decisão é tida como o esforço para explicar como as lideranças e partes interessadas tomam decisões com base nos dados contábeis.

Visto que a contabilidade não é apenas um sistema de registros e transações, mas também um suporte para tomadas de decisão, a teoria da decisão busca compreender os fatores que influenciam as decisões, e aprimorar a qualidade das escolhas empresariais.

De acordo Yamamoto, Paccez e Malacrida (2011) a teoria da mensuração trabalha com o problema de avaliação dos dados. E a teoria da informação vem de acordo com o seu propósito, que é possibilitar a uma organização alcançar seus objetivos pelo eficiente uso de seus outros recursos.

Sendo assim, mensuração garante que os dados contábeis sejam precisos e relevantes, enquanto a teoria da informação aborda a comunicação eficaz desses dados aos usuários finais. A conexão dessas teorias se mostra importante, onde a precisão dos dados e a clareza na comunicação são essenciais para decisões bem fundamentadas.

Segundo Yamamoto, Paccez e Malacrida (2011) a contabilidade na era mercantilista, tinha como função a mensuração da variação do patrimônio, mas eles complementam que, a partir da Revolução Industrial, o foco da contabilidade evoluiu, visando também a otimização dos custos da produção.

Ainda com foco nas visões de Yamamoto, Paccez e Malacrida (2011), as informações contábeis tornaram-se ferramentas para usuários internos da empresa. Devido à evolução da contabilidade e o início do mercado de crédito e de capitais, as

informações também passaram a satisfazer às necessidades dos usuários externos.

Dessa forma, pode-se compreender que, a contabilidade com o tempo passou a se tornar determinante para a sociedade como ferramenta para os usuários, que a utilizam.

Segundo os apontamentos Yamamoto, Paccez e Malacrida (2011) a contabilidade tornou-se, para o ser humano, indispensável desde as primeiras décadas. Existem indícios do seu surgimento há 4.500 A.C, antes habitantes primitivos contavam suas ferramentas e seus rebanhos, praticando uma contabilidade básica.

Dem dos grandes avanços da contabilidade, conforme a teoria, ocorreu quando Johannes Gutenberg inventou a prensa de papel que servia para copiar os livros diários. Esse método causava grande sujeira, mas era o método mais avançado da época. Essas inovações tecnológicas na maneira de fazer publicações permitiu que surgissem os primeiros grandes trabalhos da literatura contábil. As primeiras máquinas, ainda arcaicas, que auxiliavam o profissional contábil foram criadas em meados do século 20, somavam e subtraíam, essas máquinas por serem bem rústicas os manejos delas eram bem cautelosos. Tinha de puxar uma alavanca para escolher os números depois escolher uma alavanca maior para fazer a somatória do valor escolhido.

Segundo Yamamoto, Paccez e Malacrida (2011) com isto ao se passar dos anos o profissional contador, foi se adaptando as mudanças ocorridas na área contábil. Com o passar do tempo à contabilidade foi se evoluindo com isso as máquinas de datilografar, as calculadoras que faziam apenas as quatro operações (divisão, multiplicação, adição, subtração).

Dessa forma, é compreensível que depois de um tempo, os computadores passaram a serem usados, isso tornou a contabilidade muito mais simples e fácil. Em 1980 surgiu o sistema contábil informatizado, dado há necessidade de interligar tecnologia e com a comunicações com a chegada da Internet. Com o advento dos computadores de 32 bits.

Assim, foram criadas as notas fiscais eletrônicas, um modelo de documento fiscal eletrônico utilizado em todo o país. Esses dados são usados para o controle de estoque, que em conjunto com a contabilidade desde o início os seres humanos contam os seus alimentos, cultivam as suas colheitas, contam os seus animais, isto já é usado como forma de inventário e controle de estoque.

Em 1990 surgiram as primeiras ferramentas de controle de estoque, que se tornariam ainda mais populares com o passar dos anos e vem se desenvolvendo até hoje. O gerenciamento eficiente de estoque pode contribuir muito para a lucratividade de uma empresa. E Produtos vencidos ou com problemas podem representar perdas o que contribui negativamente para a apuração de resultados da entidade (FLEURY, 2000)

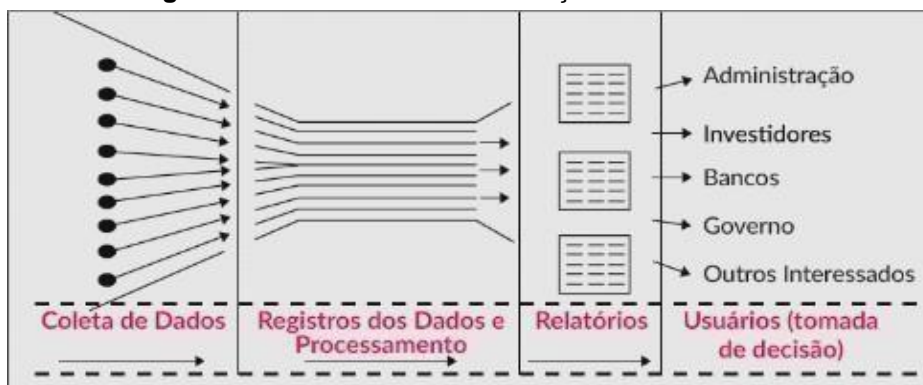
Assim pode-se constatar que, em uma empresa o estoque pode ser considerado um dos maiores desafios no processo de gestão, sendo que é de suma importância que seja tratado como um órgão vital para o bom funcionamento e a permanência em longo prazo da empresa no mercado.

2.1 Um olhar sobre a contabilidade contemporânea

De acordo com Ludicibus (2009) a contabilidade é caracterizada como um instrumento que dê enfoque especial para técnicas e procedimento contábeis já conhecidos, mas que devem ser colocados em uma perspectiva diferente para auxílio dos gerentes no processo decisório. Ainda para esse autor, quaisquer técnicas adequadas para a tomada de decisão recaem sobre a contabilidade gerencial.

A contabilidade atualmente é considerada um grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões, no qual coleta os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumizando-os em forma de relatórios ou de comunicado que contribuem sobremaneira para tomada de decisão dentro da organização. A contabilidade é a linguagem dos negócios, pois mede os resultados da empresa, avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para os gestores (MARION, 2018).

Figura 1. Panorama na área de atuação do contador da atualidade



Fonte: Marion (2018)

A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da Contabilidade para a tomada de decisões, porém em nosso país em alguns segmentos de nossa economia, a função do contador foi distorcida, estando voltada exclusivamente para satisfazer as exigências do fisco (MARION, 2018).

A contabilidade contemporânea pode ser considerada como um sistema de informação destinado a promover aos usuários dados para a tomada de decisão podendo ser internos (gerentes, diretores, administradores, funcionários em geral) ou externos à empresa (acionistas, instituições financeiras, fornecedores, governo e sindicatos). Normalmente os dados são elementos importantes constantes nos relatórios contábeis, que abrangem informações econômico-financeiras, tendo assim a contabilidade como principal objetivo, permitir cada grupo principal de usuário a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer interferências sobre as tendências futuras (MARION, 2018).

2.2 As entrelinhas da contabilidade gerencial e a sua funcionalidade diante da inovação

A inovação em termos de processo e de tecnologia aplicada nas empresas exerce influência direta sobre a contabilidade gerencial, fazendo surgir a necessidade da adoção de práticas diferentes daquelas utilizadas anteriormente. (SOUZA et al. 2016). As inovações mudam a forma como as operações acontecem na empresa e essa mudança tem efeito inevitável na contabilidade gerencial, como vem ocorrendo ao longo dos últimos anos (SOUZA et al. 2016).

A Contabilidade Gerencial tenta, ao mesmo tempo, ser abrangente e concisa, ajustando-se constantemente para se adaptar às mudanças tecnológicas, mudanças nas necessidades dos gestores e novas abordagens das outras áreas funcionais dos negócios (FREZATTI et al, 2007).

Ainda de acordo com Frezatti et al (2007) no que se refere à Contabilidade Gerencial, algumas referências conceituais podem ser consideradas no estudo do tema. Segundo Guerreiro (2006) a despeito da existência de fortes fatores indutores e facilitadores para a modernização da contabilidade gerencial, pouco tem se modificado no decorrer do tempo, porém diversos autores e pesquisadores têm

alertado para o problema do que se pode denominar de “estabilidade da contabilidade gerencial”, chamando a atenção para o fato de que a pesquisa contábil tem tido pouco impacto na prática empresarial e, também, para as diferenças existentes entre o que diz a teoria e o que é feito na prática.

Green e Amenkhienan citado também por Guerreiro (2006) mencionam que existe um descompasso significativo entre inovações em manufatura e inovações na contabilidade gerencial. Embora mudanças estejam ocorrendo, as empresas, em grande extensão, continuam a apoiar-se em modelos contábeis desatualizados.

É possível observar que muitas empresas estão ainda ativamente trabalhando na introdução e desenvolvimento do que muitos observadores poderiam caracterizar como sistemas de custeio tradicionais. Granlund (2001 apud Guerreiro, 2006) menciona que um fato frequentemente observado é que os sistemas contábeis são difíceis de mudar, apesar da influência das mudanças significativas no mercado e de outras mudanças que colocam grande pressão sobre a contabilidade para que esta se modifique.

Nesse sentido a capacidade da empresa de gerar dados que podem ser utilizados para o processo decisório depende do enfoque de controle, o que é definido por Antony e Govindarajan (2008) como um conjunto de mecanismos que devem estar em perfeito funcionamento em conjunto para garantir que os planos estratégicos sejam executados.

Esses mecanismos tratam de detectar o que está ocorrendo, comparar os fatos com um padrão ou expectativa e realizar alterações de ação para que o resultado seja esperado através de uma rede de informações.

3 A CONTROLADORIA SOBRE AS PERSPECTIVAS DO CONTADOR

Otley (2016) menciona práticas de controladoria japonesas, citando os estudos de Monden e Hamada (1991), que propõem que os métodos de custo das empresas devem ser úteis para desenvolver novos produtos, satisfazendo a demanda dos clientes e eliminando desperdícios, com o objetivo de alcançar o custo-meta. O custo-meta é visto como um sistema que apoia a redução de custos.

Segundo Everaert et al. (2006), o custo-meta surgiu como uma técnica de controladoria nos anos 90, mas ainda há certa discordância sobre sua natureza exata. De acordo com Cooper (1996), as técnicas ou programas japoneses são

desenhados para impactar todos os aspectos da economia de manufatura. As empresas gerenciam custos de três maneiras: determinando a mistura de produtos a serem vendidos, administrando os custos de produtos futuros e gerenciando os custos dos produtos existentes.

A integração do conhecimento refere-se à habilidade das organizações em construir práticas que combinam diversas bases de expertise, identificadas como uma capacidade-chave em vários campos de gestão, como estratégia, desenvolvimento de novos produtos, sistemas de informática e contabilidade. Todo o processo gerencial será examinado em detalhes para estabelecer a importância das informações nesse contexto, com os custos desempenhando um papel crucial no planejamento e controle. A problemática de atribuição de custos unitários aos produtos será examinada separadamente.

Dessa forma, são analisados os conceitos de planejamento e controle e sua aplicação nas organizações empresariais, focando na seleção das metas que direcionarão as atividades da organização e efetivamente orientarão o processo de tomada de decisão.

3.1 Os Sistemas de Controle Gerencial

A revolução no campo da informação iniciou-se com a invenção do telefone no final do século XIX, porém o passo da revolução no campo das informações acelerou com a invenção dos computadores e teve seu momento culminante em 1990, com o advento da internet. O impacto na internet no mundo dos negócios foi significativo e teve grande impacto aos controles gerenciais dentro das organizações, possibilitando assim maior infraestrutura para processar as informações ocasionando menos erros. Com a internet um contador pode obter um grande volume de dados, armazenar dados, analisar dados, a fim de personalizar os relatórios

O controle gerencial não requer necessariamente que todas as ações correspondam a um plano previamente determinado, assim como um orçamento, esses planos são baseados em circunstâncias que supostamente existiam no momento em que foram formulados. Se as circunstâncias mudaram no momento da implementação, as ações foram determinadas pelo plano não podem ser mais apropriadas, constatando assim que o controle gerencial envolve condições de antecipação do futuro para garantir que os objetivos da organização sejam

alcançados (ANTONY, 2008).

Ainda segundo Antony (2008) o controle gerencial envolve as seguintes atividades:

- Planejamento sobre o que a organização deve realizar;
- Coordenação das atividades das várias partes das organizações;
- Comunicação das informações;
- Avaliação das Informações;
- Decisão, se houver, sobre qual ação deve ser executada.

A identificação e avaliação da estrutura apropriada de um Sistema de Controle Gerencial, segundo Aguiar e Frezatti (2007 apud Beuren 2013), deve considerar seu relacionamento com o maior desempenho organizacional e o efeito de variáveis ou fatores contingentes, tais como ambiente, tecnologia, estratégia, entre outros. Na concepção de Weißberger e Angelkort (2011 apud Beuren 2013), há duas opções para a estrutura de um Sistema de Controle Gerencial: um banco de dados para a contabilidade gerencial mediante sistemas integrados, ou um sistema de contabilidade gerencial como um conjunto de registros de dados separados, abordando registros financeiros, contábeis e fiscais (BEUREN, 2013).

4 A CONTABILIDADE SOB A ÓTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Desde os anos 1950 o Brasil vem estruturando sua rede de base para ciência, tecnologia e inovação, diante disso surgiram inúmeras organizações, e conseqüentemente foram criadas leis e políticas públicas de incentivo para alavancar a inovação, prioritariamente nas pequenas e médias empresas brasileiras.

Entretanto, a cultura, o cenário burocrático brasileiro, o financiamento público e privado limitado, a falta de infraestrutura para o desenvolvimento das ideias, o desconhecimento da aplicação das leis e políticas de incentivos, impedem que a inovação seja deslanchada para níveis adequados ao desenvolvimento pretendido no país (TERRA, 2019).

Como o conjunto de etapas científicas, tecnológicas, organizativas, financeiras e comerciais incluindo os investimentos em novos conhecimentos, que levam ou que tentam levar a implementação de produtos e de processos novos melhorados (TERRA, 2019 p,79).

Além dos itens descritos como atividades de inovação, os custos e os riscos, foram apontados de acordo com o IBGE (2018) como uma das principais dificuldades para se inovar no Brasil, eles estão relacionados com gastos dispendidos pelas empresas em relação ao PIB, uma vez que como os custos e riscos são elevados, há uma tendência de que os gastos nesse processo de inovação sejam menores.

As empresas dependem dos ambientes internos e externos para a sua manutenção e desenvolvimento, como discorre Terra (2019) sobre a interação entre universidades, governo e a empresas, que são altamente relevantes para a inovação acontecer, principalmente de cunho tecnológico pois consegue estabelecer paradigmas organizacionais.

Etzkowitz (2017) sugere que a hélice tríplice funciona através de quatro processos distintos: o primeiro trata da transformação interna de cada hélice como, por exemplo, criação de laços entre empresas por meio de alianças. O segundo processo tende a influência de uma esfera institucional sobre a outra no que se refere à transformação, como exemplo pode ser citado a transferência do direito de propriedade do Estado para as Universidades. Já a terceira fase, constitui o processo de criação de uma estrutura que sobreponha os vínculos de maneira trilateral, visando estimular a criatividade organizacional e coesão da região. O último processo comenta sobre o efeito recursivo dessas redes interinstitucionais que inclui a sociedade de maneira geral.

No Brasil existem dois principais incentivos fiscais a inovação nas empresas: incentivos fiscais P&D em qualquer setor industrial, previstos na LB, no capítulo III, regulamentada pelo decreto 5.798/2006, acrescida da lei 11.487/2007, regulamentada pelo decreto 6.260/2007 e Lei 11.774/2008, porém o correto entendimento e interpretação dos artigos e parágrafos inclusos nas respectivas leis podem ser um diferencial para utilizar ou não um incentivo fiscal, nos quais os contabilistas podem ajudar a diminuir as diferenças e dificuldades entre os empresários inovadores, por não se tratar de uma tarefa simples (TERRA, 2019).

Ludicibus (1992, p.44), citado por Catelli e Santos (2001), alega que através dos tempos verifica-se que o grau de avanço da contabilidade está diretamente associado ao grau de progresso econômico, social e institucional de cada sociedade. Com o desenvolvimento tecnológico e todas as inovações existentes, foram surgindo

projetos e ferramentas eletrônicas de forma a facilitar o registro de informações e obtenção das mesmas.

A internet tem sido uma ferramenta que facilita o envio dessas informações, do contribuinte ao Fisco. Por esses motivos, surgiu o projeto conhecido como Contabilidade Digital, que tem por finalidade gerar e enviar esses arquivos dedados eletronicamente. (TESSMAN, 2011)

Tessman (2011) afirma também que, a contabilidade digital além de oferecer informações contábeis de maneira mais ágil e prática é capaz também de diminuir fraudes e sonegadores. Atualmente possui o projeto SPED, que de acordo com a Receita Federal (2011), trata-se de uma modernidade do cumprimento das obrigações acessórias onde utiliza certificação digital para assinar documentos eletrônicos que são transmitidos pelos contribuintes para as administrações tributárias e órgãos fiscalizadores, tudo de forma digital.

Além disso, a contabilidade digital também possui subprojetos, alguns ainda em fase de testes e outros já ativos, sendo eles os principais: a nota fiscal eletrônica (NF-e), a Escrituração Contábil Digital (ECD), o Livro de Apuração de Lucro Real Eletrônica (e-Lalur), a Escrituração Fiscal Digital Social (EFD-Social ou e-Fopag) e a Central de Balanços.

Tal perspectiva coaduna com a parte inicial desse tópico em que foi mencionado a necessidade de inovação e desenvolvimento tecnológico, o que também afeta os escritórios de contabilidade e as formas de escrituração até então em processamento pelos profissionais da área. Em plano complementar passará a exigir das faculdades uma formação mais direcionada que habilite o profissional a atuar na área, investindo em formação digital, em como os avanços tecnológicos estão afetando os processos e procedimentos contábeis.

4.1 A importância da tecnologia na auditoria

Os Sistemas de Informação têm uma origem antiga e nem sempre conhecida. Neste aspecto, pode-se compreender que surgiram para facilitar a vida do ser humano resolvendo problemas que poderiam ser tratados de forma automatizada.

Dessa forma pode-se destacar que o primeiro Sistema de Informação

- SI foi o ábaco, criado entre 2700 a.C. e 2300 a.C. pelas sociedades mesopotâmicas. O ábaco era basicamente uma extensão da nossa forma instintiva

de contar nos dedos e buscava facilitar a realização de operações aritméticas. Desse modo, muitas operações matemáticas poderiam ser realizadas de forma mais rápida e confiável. Ainda hoje ele é utilizado para ensinar as operações matemáticas para crianças (O'BRIEN,2004).

Existem quatro grandes fases de evolução dos Sistemas de Informação baseados em computador, cada uma com características claras e distintas. É possível perceber facilmente a interação com as empresas e como isso revolucionou o modo de trabalhar e de pensar da sociedade. Apresenta-se um resumo de cada uma dessas quatro grandes fases (ALBERTIN,2004).

A primeira fase pode ser evidenciada na época de 1940, onde um simples computador não processava um décimo do que os que atualmente conseguem fazer, além disso eram grandes. A programação dele era feita diretamente na máquina. Para inserir dados no equipamento, utilizava-se um cartão com furos em locais específicos, conhecido por "cartão perfurado". Nessa fase, o uso de computadores era restrito a militares e cientistas (O'BRIEN,2004).

Um detalhe relevante é o custo dessas máquinas que era muito elevado, até para grandes empresas e sua operação era bastante trabalhosa e complexa. Pode-se observar que, pouquíssimas empresas tinham porte financeiro para utilizar um computador. Além disso, o custo de manutenção de uma máquina era muito alto, o que nem sempre justificava o investimento (O'BRIEN,2004).

Dessa forma, foi natural que o governo financiasse muitas pesquisas nessa área, para que não interrompesse a fabricação dos computadores. Já a segunda fase, tem o seu destaque na entrada dos computadores nas grandes empresas. Isso ocorreu devido ao fato de uma mudança drástica na arquitetura física: a substituição das válvulas por transistores. Pois dessa forma foi possível reduzir o tamanho e custo.

A interação homem-máquina, apesar de difícil, se tornou mais amigável e já era possível programar diretamente na máquina utilizando alguns comandos básicos, facilitando o desenvolvimento e a execução de tarefas computacionais, tornando mais acessível, intuitivo, e eficiente as rotinas e processos do dia a dia.

No entanto, poucas organizações realizavam atividades que necessitassem de um equipamento daqueles. Pois, os computadores eram especializados em processar números, mas a padaria ou a loja de confecções da cidade não geravam números suficientes para justificar a utilização de um computador. A última fase e

utilizada até os dias atuais é a dos microprocessadores. Nessa etapa os computadores passam a utilizar microprocessadores e a tomar a forma que conhecemos.

O custo dos equipamentos caiu bastante, de maneira que passaram a ser adotados por pequenas empresas e até para uso pessoal, tornando-se um item bastante popular. Com uma gigantesca demanda por novos SIS para resolver problemas diversos, as linguagens de programação se tornaram ainda mais amigáveis e a interface também (O'BRIEN,2004).

À medida que o custo da computação diminuía e as capacidades dos computadores aumentavam, os sistemas de informações gerenciais (SIG) foram desenvolvidos. Esses sistemas acessavam, organizavam, resumiam e exibiam informações para dar suporte à tomada de decisão de rotina nas áreas funcionais (O'BRIEN,2004).

Pode-se notar que através dessa evolução, as empresas agora tinham um grande aliado não apenas para processar lotes de transações, mas também para tarefas corriqueiras como editar um documento, registrar o atendimento aos clientes para análise posterior etc. Como muitas pessoas passaram a ter acesso aos computadores, o investimento em treinamento dos funcionários nas operações básicas não se tornou mais necessário.

Dessa forma, pode-se notar que os serviços de Tecnologia da Informação, são os Sistemas de Informação, envolvidos na solução de uma necessidade empresarial, por exemplo, o SI que cuida da gestão eletrônica de documentos ou o SI que realiza a gestão financeira da empresa, entre outros. Cada serviço possui seus principais clientes e existe toda uma metodologia para a gestão dos serviços de TI de uma empresa (O'BRIEN,2004).

No entanto, deve ficar claro que cada empresa tem suas necessidades específicas. Uma companhia do ramo automobilístico pode gerenciar seus arquivos de forma mais controlada que um supermercado, por exemplo.

Neste aspecto é notório o impacto do Sistema de Informação dentro da administração pública, evidenciando eficiência nos processos relacionados da auditoria, dessa forma elevando os níveis de produção, com altos índices de qualidade, gerando consideravelmente a redução de custos, e conseqüentemente fazendo com que se obtenha maior precisão das informações, de forma dinâmica e ágil.

Por isso, os sistemas empresariais revolucionaram a forma dos mecanismos de auditoria. Como trazem informações da organização como um todo, permitiram a criação de estratégias mais elaboradas e a exploração de informações que antes não eram obtidas ou que tinham obtenção muito cara, difícil e lenta (O'BRIEN,2004).

No entanto, vale perceber que um sistema desse tipo deve estar intimamente ligado ao funcionamento da precisão das informações da Administração Pública. A tecnologia é essencial para a gestão pública e auditoria; A partir do auxílio da tecnologia, é possível o gerenciamento de qualidade da administração pública.

5 FISCALIZAÇÃO DO ESTADO

A sociedade atual no Brasil tem se desenvolvido consideravelmente, nos últimos tempos, pois tem tido muitos progressos com legislações, que contribuíram para fazer com que houvessem mais limitações para as entidades da Administração Pública.

Dessa forma, através da utilização de tecnologias a seu favor, as entidades públicas também tem exercido uma grande evolução, sobre ao que se refere a preocupação de fornecer informações com auxílio de mecanismos para torna-se mais transparente, favorecendo o atendimento do controle social sobre os atos administrativos (TORRES, 2004).

A máquina pública no Brasil, sofre uma grande problemática que corrói o sistema da gestão pública, que é da corrupção (CHIAVENATO,2016). Afirma-se, que no setor público a corrupção, passa a assumir um impacto ainda maior, através da violência com que estas práticas, podem acarretar na infração dos princípios éticos, que devem ser determinantes na Administração Pública.

Constata-se que, quanto maior os níveis de transparência das ações governamentais, maior será o controle social, por meio das contribuições positivas de fornecimentos aos cidadãos que fazem parte da sociedade.

Observa-se, que a relação da transparência e a informação podem favorecer para grande aprimoramento da implantação das políticas públicas, com a preocupação de mecanismos que visam as limitações para a execução de atividades que infringem a ética da Administração Pública, através de ações com corrupção.

Torres (2004), afirma que apesar dessas ferramentas terem a sua relevância, esses não devem ter as suas análises de forma isolada, pois estes, tendem a possibilitar para que sejam abertas questões profundas de difícil resolução, de forma

especial no Brasil, que já tem certo histórico de corrupção.

As relações possíveis de tecnologia que envolve a transparência em compras da administração pública, são feitas através do governo eletrônico: G2G (relações intragovernos e intergovernos), G2B (e-procurement), ou seja, relações estabelecidas entre a administração pública e seus fornecedores, G2C (relações entre governo e os cidadãos). Diante do exposto, o próximo tópico tratará sobre a Auditoria.

5.1 A auditoria contemporânea

No Brasil, os procedimentos de contabilidade e de auditoria foram desenvolvidos de forma espetacular a partir do século XX, em virtude da instalação no país de unidades de organizações multinacionais derivadas dos estados Unidos, do Japão e dos principais países europeus como Alemanha, França, Suécia e Inglaterra.

Já no Brasil, Ricardino e Nelson (2004) argumentam que, no século passado, começaram as atividades de auditoria, todavia, não sendo possível reconhecer uma data precisa. Os mesmos autores sustentam que o aumento dos serviços de auditoria possui "ampla relação entre o comportamento da curva de atividade econômica e o ciclo dos grandes empreendimentos no país".

A atividade de auditoria, recente no Brasil, foi regulamentada a partir de 1965, adquirindo grande importância para as organizações, por ser um meio indispensável de confirmação da eficiência dos controles de uma empresa, caracterizando-se como fator de maior tranquilidade para a administração e de mais garantia para os investidores e o fisco. (CREPALDI, 2009).

Com a globalização iniciada no final do século XX e que se desenvolveu com mais solidez no início do século atual, são inúmeros os países que escolheram e continuaram a escolher o Brasil para instalar suas empresas que atuam nos mais variados ramos de atividade, como as de telecomunicações, automobilísticas (montadoras e autopeças) as do ramo de alimentos, informática, etc.

A atividade de auditoria surgiu com a evolução do capitalismo, que expandiu o mercado e acirrou a concorrência, tornando necessário o aprimoramento de controles internos para reduzir custos e favorecer a transparência dos negócios. (ALMEIDA, 1988).

Assim com o ingresso das organizações multinacionais no território brasileiro, bem como em decorrência da abertura dos capitais das grandes organizações brasileiras que passaram a negociar os títulos representativos dos seus capitais nas bolsas de valores, os procedimentos de contabilidade e de auditoria praticados no país precisaram se ajustar aos padrões internacionais, não só em atender aos interesses das matrizes estrangeiras como também para oferecer maior credibilidade aos investidores internacionais e nacionais que buscam as organizações aqui instaladas o retorno e a remuneração justa dos capitais por eles investidos.

Segundo Franco e Marra (2000), “quanto ao efetivo exercício da atividade de Contador como profissional liberal, na qual se incluía a função de auditor independente, pouca coisa existia no Brasil antes de 1931, a não ser os escritórios estrangeiros de auditores, todos de origem inglesa”.

Essa mudança de comportamento que se iniciou oficialmente com a provação do decreto de lei n. 2.627/1940, posteriormente revogado em quase sua totalidade pela lei n. 6.404/1976, foi sedimentada em 2007 e 2008, com mudanças proferidas na Lei das Sociedades por Ações pela n.11638/2007 e pela medida provisória n 449/2008 convertida na lei n 11.941/2009, que deram condições para que os procedimentos contábeis praticados no Brasil fossem ajustados aos padrões internacionais praticados pelos principais países.

Segundo Mills (1994:76) apud Oliveira (2001), a primeira empresa de auditoria independente a se instalar no Brasil foi a Price Waterhouse & Peat Marwick, em 1915. Já Ricardino e Carvalho (2004) aduzem que a Delloite foi a primeira empresa a atuar Segundo Mills (1994), a primeira empresa de auditoria independente a se instalar no Brasil foi a Price Waterhouse & Peat Marwick, em 1915. Já Ricardino e Carvalho (2004) aduzem que a Delloite foi a primeira empresa a atuar no Brasil, no ano de 1911, na cidade do Rio de Janeiro.

Convém destacar a importante participação, no processo de mudanças, de vários órgãos alguns criados no período citado, como a comissão de Valores Imobiliários (CVM), o Banco Central do Brasil (BCB), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) o Instituto de Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Uma percepção sobre as informações a que se referem na auditoria das demonstrações contábeis, pode-se identificar através do individualismo do auditor sobre a execução da sua tarefa em prender-se a sua atenção em cada uma das

afirmações identificadas nas demonstrações financeiras, na qual pode ser identificado como objeto da sua apreciação, com um direcionamento sobre a verificação do saldo e valores constantes nas informações da empresa sob auditoria e que tais saldo e valores representam em termos patrimoniais.

Sutton (1997) considera os auditores como os "homens do meio", pois precisam saber gerenciar a responsabilidade profissional e a necessidade econômica de diversos agentes, entre eles a própria firma de auditoria, clientes, a profissão contábil, investidores e terceira parte como reguladores, investidores e a justiça

Já a definição de auditoria para Crepaldi (2002) de forma bastante simples, pode-se definir auditoria como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade.

Para Willian (1998) o auditor é aquele que dá opiniões sobre as demonstrações financeiras (balanço patrimonial, demonstrações do resultado, entre outras) e que também contribui para a continuidade operacional de uma empresa. Sendo indispensável conhecimentos nas áreas de tesouraria, compras, vendas, custos, fiscal, legal e da contabilidade, que opinam sobre a situação da empresa mediante pareceres por eles emitidos.

Segundo Hirst (1994), os padrões de auditoria geralmente aceitos indicam que a presença de incentivos monetários significativos, baseados em resultados financeiros, aumenta o risco inerente de uma fraqueza material. Um risco inerente maior deve levar o auditor a exercer um grau superior de ceticismo profissional na condução da auditoria.

Nesse caso, havendo dificuldade ou inviabilização de elemento de prova, trata-se de elemento impeditivo de opinião, uma vez que o trabalho do auditor é primado pela fatualidade, refletindo assim a combinação de uma educação profissional adquirida através de trabalhos diferentes com o uso do raciocínio e julgamentos, completados pela maturação pessoal dando-lhe capacitação mental e intelectual para avaliar e concluir os dados em exame.

Novos instrumentos financeiros de defesa patrimonial terceirização de serviços anteriormente executados pela empresa, processamento de informações feito fora da empresa são outros eventos que merecem o aprendizado de técnicas de auditoria a observar, pois a atualização de informação que praticamente ocorre de forma

diária, como a mudança de legislação, implantação de sistemas e organismos de controle e de novas formas de riscos dada a velocidade que acontecem, assim como o de mecanismos financeiros são rotinas obrigatórias de estudo por parte do auditor.

5.2 A autoria como controle interno na governança corporativa

De acordo com Lopes de Sá e Hoog (2005), o erro é cometido por ação e omissão, sendo de natureza involuntária. Em contrapartida, a fraude é um delito calculado, ou seja, é uma premeditação. Segundo Silverstone e Sheetz (2004) a palavra fraude deriva do latim Fraus, que significa: fazer mal, enganar, quebrar regras.

A diferença fundamental entre fraudes e erros reside na intenção, ou seja, havendo intenção de cometer o ato ou omiti-lo, está caracterizada a fraude se aquele item não estiver presente trata-se de erro, porém o Conselho Federal de Contabilidade – CFC trata do assunto da seguinte maneira.

- Fraude: o ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis;
- Erro: o ato não intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.

De acordo com Galbraith (2004) ressalta que o ato fraudulento decorre de um fato determinante, inegavelmente óbvio: o desempenho futuro da economia e a passagem dos bons tempos para a depressão não pode ser antecipada. Segundo este autor, as organizações trabalham com orçamentos, previsões, estipulam metas, mas o futuro é incerto.

É importante destacar ainda que a responsabilidade primaria na prevenção e identificação de fraudes e erros é da administração da entidade, através da implementação e manutenção de adequado sistema contábil e de controle interno.

Como exemplo de fraudes pode se destacar:

- a) Manipulação, falsificação ou alteração de registros, de modo a modificar os registros de ativos e passivos e resultados (notas fiscais calçadas);
- b) Apropriação indébita de ativos (transferência indevida de recursos da empresa para a conta do fraudador;
- c) Supressão ou omissão de transações nos registros contábeis (omissão de receitas- caixa dois);

- d) Contabilização de operações fictícias (vendas artificiais para empresas do grupo);
- e) Registro de transações sem comprovação (quando sabidamente ilegais, por exemplo maximizando o volume de despesas com vistas a minimizar a base de cálculo do imposto de renda e contribuição sobre o lucro);
- f) Aplicação de práticas contábeis indevidas dolosamente (classificação incorreta das dívidas a curto prazo como se fossem a longo prazo, apresentar melhores índices de liquidez.

Diante disso contata-se que a fraude é um ato doloso, e é totalmente diferente do erro, ato culposos, portanto o ato intencional visando o proveito em causa própria ou de grupos é denominado crime doloso.

Apesar de apresentar certas restrições quanto à elaboração, contabilização e evidenciação da informação econômico-financeira, a lei societária apresenta certo grau de arbitrariedade quanto à escolha dos procedimentos contábeis (COSENZA e GRATERON, 2003:17). Conseqüentemente, a existência de critérios múltiplos nas normas e práticas contábeis possibilita aos administradores escolher alternativas válidas com o objetivo de apresentar informações desejadas (PAULO, 2006:21).

As fraudes podem ser cometidas contra células sociais (empresas e instituições, por seu pessoal (dirigentes e subordinados, por pessoas contra o governo ou contra o mercado, pelo funcionário contra o governo, por um governo contra o povo (corrupção, quase sempre difundida pela imprensa).

Sendo assim conhecer como se praticam as fraudes é questão fundamental para um profissional de auditoria, ou seja, identificar os indícios e as possibilidades de acontecimentos, destacando que cognição da fraude é o caminho mais seguro para a proteção contra ela.

Nesta ótica, devido a essa inerente flexibilização na escolha dos procedimentos contábeis, parece natural que os gestores da organização utilizem procedimentos que maximizem seu próprio interesse ou o valor de mercado da entidade (SCOTT, 2003).

A função de um auditor, não tem condições de certificar, com segurança a sinceridade e fidedignidade de um balanço se não souber identificar vias da ausência de tal virtude, exigindo a avaliação dos controles internos, e esta não pode ser exercida como eficiência se não submetida a uma metodologia analítica da possibilidade de erros e fraude.

De acordo com Schipper (1989) o gerenciamento de lucros resulta de decisões deliberadas dentro da flexibilidade permitida pelas normas contábeis. Para Santos e Grateron (2003), o gerenciamento ou o manuseio dos resultados visa mostrar uma imagem diferente da entidade. Paulo (2006) ressalta que esta manipulação decorre da utilização de ações discricionárias por parte dos administradores para alterar a interpretação da realidade econômica e financeira da empresa.

Porem a auditoria possui recursos tecnológicos suficientes para auxiliar o auditor quando utiliza meios científicos contábeis, todo esse recurso concentra-se na responsabilidade que envolve a emissão de uma opinião sobre a adequação do que se demonstra, envolvendo assim a análise comparativa, conciliação de saldos, conciliação entre contas, comprovações e inspeções documentais, inspeções físicas, confirmação com terceiros indagações e perguntas, observações, apreciações e cifras.

Conforme afirma Franco et al (2000), destaca que quanto maior o controle, maior a segurança para a execução das tarefas de auditoria.

O controle interno de uma empresa é definido como um plano de organização e o conjunto de métodos e medidas adotados pela empresa para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e o grau de confiança de seus dados contábeis, bem como promover a eficiência operacional. A grande relevância do controle interno é que precisa possuir qualidade, já que uma de suas funções é a de prevenção contra erros e fraudes. Por controles internos entendemos todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio.

A metodologia da auditoria interna se concentra mais em controle e em acompanhamento perante os fatos, portanto o auditor interno não deve ser apenas um profissional dedicado a implantar e aferir sistemas e nem apenas um avaliador de testes, precisando assim realizar exames aplicando amplos universos de amostragem, bem mais profundos e até mesmo, conforme o caso, com intervenção sobre todo o sistema.

Segundo Crepaldi (2009), é preciso aumentar a eficácia gerencial por meio de recomendações compatíveis, aplicáveis e inovadoras, aumentar a eficácia e eficiência do processo de auditoria e trazer benefícios efetivos para entidade auditada.

Já na auditoria externa, todavia por natureza, possuem metodologia mais volvida ao genérico, onde nem sempre conseguem detectar as fraudes sofisticadas, pois o critério de amostragem é vulnerável, mesmo quando este é estabelecido em bases estatísticas, na qual a probabilidade da base do método do auditor externo, não serve como prova e nem tem o poder de alcançar de forma holística a realidade patrimonial.

Porém é errôneo admitir que controles sofisticados e muita burocracia são capazes de evitar a fraude, na qual são frutos de oportunidades, que por excesso de comando, quer por lacunas de fiscalização, diante disso pode contatar a utilização de recursos de informática para fraudar. Bem menor a credibilidade tem ainda quando o mesmo auditor é o consultor da empresa, sendo tais funções incompatíveis com a moralidade que deve ter a opinião profissional, aumentando assim a possibilidade de a fraude por convivência.

Koch, Weber e Wüstemann (2007) apud Mazali (2018) argumentam que na relação entre o auditor e o cliente, os indivíduos tendem a empregar uma aceitabilidade heurística que pode levar a uma mudança de atitude. A heurística se refere à tomada de decisão por experiência na função ou outra forma que não seja confirmada por um método. Segundo esses autores, isso significa que os indivíduos, inconscientemente, são captados pela preferência da outra parte e adotam uma posição condescendente e socialmente aceitável.

A auditoria deve priorizar pelo desenvolvimento de uma reputação apropriada, com o alicerce de padrões morais, sendo assim a assinatura do auditor no parecer que é descrito nas demonstrações contábeis e financeiras, deve-se implicar em uma atividade de prevenção, de alguém com força moral, determinante para o fornecimento de dar credibilidade a elas, permitindo maior clareza e precisão, sobre o que deve ser apresentado em qualquer circunstância.

Moore et al (2006), colocam que dentre as ameaças à independência do auditor, institucionalizada pelo sistema de auditoria, está a prestação de outros serviços que não de auditoria. De acordo com esses autores, na abordagem econômica da independência os pesquisadores partem da premissa que essa é uma questão de escolha do auditor entre a prestação de uma auditoria sem rigor e enviesada e a restrição do comportamento da administração. Já os pesquisadores da abordagem psicológica questionam a validade dessa premissa, sugerindo que a corrupção intencional é provavelmente uma exceção e que o viés inconsciente é

mais abrangente. Esses autores apontam como importante a distinção entre a corrupção consciente e o viés inconsciente, uma vez que respondem a diferentes incentivos e operam de forma diferente.

O julgamento do auditor deve se concentrar nos dados em exame e deve olhar para a empresa, seus administradores, seus colaboradores de forma independente e isenta, destacando que não poderá ter realizado nenhum tipo de trabalho na empresa auditada para que não comprometa sua opinião, ou seja seu trabalho deve ancorar nas informações, nos controles, nos documentos e todos os fatores que deem a base solidificada para o seu parecer.

5.3 Auditoria Digital

Dentro do aspecto da auditoria digital pode ser preventiva e tem como usuários a administração financeira e o departamento fiscal da sociedade empresárias, pois estes se utilizarão de relatórios emitidos pela auditoria independente.

Os usuários bastante presentes na sociedade empresária, são os agentes do fisco, responsáveis pela avaliação dos processos e procedimentos fiscais e tributários das empresas, sejam eles atrelados nas obrigações principais ou acessórias., que podem homologar os valores e as obrigações entregues ou identificar os equívocos cometidos pelos contribuintes e cobrar os tributos ou as obrigações que não foram pagas.

Segundo Crepaldi (2011) independente do usuário, o objetivo central da auditoria digital é a constatação da regularidade fiscal da organização, em especial, no Brasil, que a carga tributária no país, em 2017 chegou a 32,43% do PIB, segundo estudo da RFB.

5.4 Sped

Para iniciar este tópico, é necessário explicar o que é o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Este sistema consiste na digitalização ou informatização da auditoria fiscal governamental. O objetivo do SPED é organizar todas as informações fiscais e tributárias em formato digital, facilitando o trabalho de auditoria, controle e compliance tanto para o fisco quanto para os contribuintes.

O documento da Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI) descreve de forma sucinta que a função de compliance vai além das exigências legais e regulamentares, incorporando princípios de integridade e conduta ética. Esses princípios são detalhados a seguir:

1. O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão do risco de compliance da instituição financeira, aprovando a política de compliance e garantindo a existência de uma área de compliance permanente e eficaz. Anualmente, o Conselho deve avaliar a efetividade dessa gestão.

2. A Alta Administração da instituição financeira é responsável pela gestão do risco de compliance.

3. A Alta Administração deve estabelecer e divulgar a política de compliance, assegurando sua observância e informando o Conselho de Administração sobre a gestão do risco de compliance.

4. A Alta Administração deve criar uma área de compliance permanente e eficaz como parte da política de compliance.

5. A área de compliance deve ser independente, possuindo um status formal, um coordenador responsável pela gestão do risco de compliance, ausência de conflitos de interesse, e acesso a informações e pessoas para desempenhar suas funções.

6. A área de compliance deve ter os recursos necessários para desempenhar suas responsabilidades de forma eficaz.

7. A área de compliance deve auxiliar a Alta Administração na gestão efetiva do risco de compliance, fornecendo atualizações e recomendações, manuais de compliance, identificando e avaliando riscos de compliance, e implementando o programa de compliance.

8. O escopo e a extensão das atividades da área de compliance devem estar alinhados com as jurisdições onde a instituição opera, e a estrutura da área deve cumprir as regras de cada localidade.

De acordo com a ABBI, desde 1992, com a abertura comercial do Brasil, houve uma busca por alinhamento com o mercado global, aumentando a competitividade e a necessidade de implementar novas regras de segurança para instituições financeiras. Esse movimento também levou à regulamentação do mercado interno em conformidade com as normas internacionais, como as práticas recomendadas pelo Comitê da Basileia para Supervisão Bancária, criado nos anos

70.

Segundo Vanessa Alessi Manzi, para uma empresa "ser" compliance é necessário conhecer as normas da organização, seguir os procedimentos recomendados, agir em conformidade e valorizar a ética e a idoneidade em todas as atitudes. A conformidade é, acima de tudo, uma obrigação individual de cada colaborador dentro da instituição.

O Decreto 6.022/2007 formalizou a implementação do SPED e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), introduzindo a assinatura digital e três obrigações acessórias: a Nota Fiscal Eletrônica (NFe), a Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a Escrituração Contábil Digital (ECD). Com a elaboração das demonstrações financeiras, das notas fiscais e da EFD, a auditoria digital passou a ser utilizada pelo fisco. Conseqüentemente, as auditorias preventivas e corretivas tornaram-se necessárias nas organizações.

Os Programas Geradores de Documentos (PGD) do SPED possuem sistemas de validação de formato de dados, conforme descrito nos manuais de cada obrigação do SPED. Os sistemas de software e hardware de grande porte da Receita Federal, como o T-Rex e o Harpia, são capazes de cruzar os dados das obrigações eletrônicas e processá-los em poucas horas, resultando em auditorias digitais que automaticamente identificam infrações e geram multas.

Algumas empresas utilizam serviços de auditoria tributária para prevenir e corrigir informações tributárias, garantindo a conformidade com as exigências fiscais. Segue abaixo o exemplo de como é feito o cruzamento das informações, representado na figura.

Figura 2: Exemplo de cruzamento das informações

Um exemplo prático desse cruzamento são as informações sobre o total da receita bruta. Em todas as obrigações, EFD-ICMS/IPI, ECD e ECF, a receita bruta é informada com nomes e em períodos diferentes, veja:

- EFD-ICMS/IPI: resumo dos CFOPs de venda (5102, 6102, 6101 – total do faturamento) = R\$ 1.000,00 (mensalmente).
- ECD – DRE: receita bruta (total do faturamento) = R\$ 900,00 (mensal, trimestral ou anual – depende do volume e da opção do contribuinte).
- ECF: total da receita bruta = R\$ 700,00 (anual).

Fonte: Teixeira (2018).

Conforme demonstrado neste artigo, a auditoria digital tem importância significativa como uma ferramenta que utiliza o cruzamento de informações de documentos digitais para contribuir na regularidade fiscal das empresas. Esta auditoria pode ser interna, atuando preventivamente para evitar inconsistências e antecipar-se à fiscalização por meio de uma verificação prévia das informações.

Toda organização precisa enviar diversas informações para a Receita Federal, geradas em vários setores, como contabilidade, tributos e departamento pessoal, entre outros. Na Receita Federal, há o cruzamento dessas informações com suporte das fiscalizações, para garantir a conformidade e detectar possíveis inconsistências ou fraudes.

Dentre as várias informações fornecidas pela Receita Federal do Brasil, destacam-se os resultados apresentados pelo SPED, que, por meio da escrituração eletrônica, registrou 25 milhões de escriturações anuais em 2019. A Tabela mostra que, entre 2014 e 2017, houve um crescimento na recepção das escriturações em quase todos os módulos apresentados.

Figura 3: Quantidade de escrituração enviadas ao SPED

Período	ECD	EFD IPI/ICMS	EFD Contribuições	ECF	Total	Variação %
2014	261.206	8.696.436	13.507.233	0	22.464.875	-
2015	738.015	9.876.324	12.420.630	1.218.088	24.253.057	7,96%
2016	775.021	10.163.555	12.284.202	1.275.241	24.498.019	1,01%
2017	939.062	11.250.948	12.388.968	1.310.944	25.889.922	5,68%
Total	2.713.304	39.987.263	50.601.033	3.804.273	97.105.873	-

Fonte: Receita Federal (2023)

Esta pesquisa revela que houve um aumento na quantidade de escriturações enviadas através do SPED nos últimos anos. A seguir, será discutida a importância da aplicação da auditoria digital para evitar a sonegação fiscal.

5.5 Elisão Fiscal e Evasão Fiscal

Pode-se constatar que, a evasão fiscal ocorre quando indivíduos deliberadamente deixam de cumprir suas obrigações fiscais. A perda de receita tributária resultante pode causar sérios danos ao bom funcionamento do setor público, ameaçando sua capacidade de financiar suas despesas básicas, como

saúde, educação e segurança.

Embora a conformidade tributária seja uma grande preocupação para todos os governos e investigação analítica de sonegação de impostos pode ser rastreada desde o trabalho, dos pioneiros em "direito e economia", o problema foi por muito tempo segregado do corpo principal da economia e deixado essencialmente ao atenção das autoridades fiscais e jurisprudência. O uso moderno de recursos econômicos ferramentas para a análise da conformidade tributária podem ser creditado (ATRILL ,2017).

Nas décadas seguintes, a literatura sobre evasão fiscal, provavelmente nenhum aspecto do imposto a conformidade escapou a pelo menos um exame preliminar. Como um fenômeno complexo, a conformidade tributária pode ser abordada de várias de perspectivas. A postura dos contribuintes é influenciada por muitos fatores, incluindo sua disposição em relação a instituições públicas, a justiça percebida dos impostos, normas sociais vigentes e as chances de não conformidade serem detectadas e punidas.

Sem questionar a relevância das questões éticas e sociológicas motivações, a análise econômica do cumprimento tributário concentrou-se principalmente em como a evasão pode ser dissuadida através da detecção e sanções. A tese é que o comportamento do contribuinte pode ser visto como resultado de um cálculo racional, e benefícios da elisão.

No entanto, dada a complexidade da economia organização em que o contribuinte geralmente toma decisões de conformidade, não é prescrição política deve ser esperada (ATRILL ,2017).

De fato, como pode-se observar, até o momento pesquisa teórica e empírica conseguiu estabelecer muito poucas empresas pontos. No entanto, o quadro geral de conformidade tributária é muito mais claro agora do que apenas algumas décadas atrás. Pelo menos a literatura mostrou que a evasão é um problema sério, complexo demais para ser resolvido com simples ajustes de política e que o conjunto de instrumentos para controlá-lo é vasto.

Em termos econômicos, os problemas de evasão se originam no fato de que as variáveis que definem a base tributária (rendas, vendas, receitas, riqueza etc.) são frequentemente não é 'observável'. Ou seja, um observador externo geralmente não pode ver a real magnitude da base tributária de um indivíduo e, portanto, não pode conhecer sua verdadeira responsabilidade imposta, sujeição, tendência,

susceptibilidade, deficiência, dependência.

Às vezes, esse conhecimento pode ser obtido por meio de auditorias caras, nesse caso, dizemos que a base tributável é verificável (a um custo). Em outros casos, como quando se refere a pagamentos em dinheiro, a base tributária não pode ser verificada. Os contribuintes podem tirar proveito das informações imperfeitas sobre sua responsabilidade e iludir tributação (ATRILL, 2017)

Um conceito relacionado é a elisão fiscal (ou redução), pela qual os indivíduos reduzir seus próprios impostos de uma maneira que não seja intencional pelos legisladores tributários, mas é permitido por lei. A prevenção é normalmente conseguida através da estruturação transações, a fim de minimizar a responsabilidade fiscal (CALDART, 2018).

Já a evasão fiscal consiste em fazer manobras de ordem ilegais, para não fazer o pagamento correto dos impostos. Em alguns casos, evitar é incentivada pela legislação que concede tratamento tributário favorável a atividades específicas em contraste com os princípios gerais de tributação.

Do ponto de vista jurídico, a elisão fiscal difere da evasão, para evitar ser ilegal e, portanto, punível (pelo menos em teoria). No que diz respeito à função econômica, contudo, evasão e a prevenção obviamente tem semelhanças muito fortes; às vezes, de fato, eles podem dificilmente se distinguir. Isso aumenta a dificuldade de interpretar a real implicação da disparidade tributária (CALDART, 2018).

Um problema fundamental ao considerar o desenho institucional ideal de a execução fiscal refere-se a incentivos para executores. Mais fundamentalmente, a questão é se a aplicação deve ser tarefa de agentes públicos ou privados. Primeiro levantado em termos gerais por Becker e Stigler (1974), a questão foi examinada no contexto específico da sonegação de impostos por vários autores.

Enquanto estiver na maioria dos países, os impostos são coletados por um órgão público, em alguns casos (como direitos de importação na Indonésia) a cobrança é delegada a empreiteiros privados. A delegação da aplicação da lei para uma parte privada pode ser viável (ou seja, pode replicar o compromisso total solução) se for apoiado por um esquema de incentivos baseado em informações variáveis agregadas (despesas de auditoria, impostos arquivados e multas cobradas) (OLIVEIRA, 2015).

Este sistema recompensa o agente pela cobrança de multas ou, quando

nenhuma multa é cobrada, por cumprir o orçamento-alvo da auditoria. Toma e Toma (1992) observam que diferentes arranjos institucionais podem acarretar diferentes custos de agência, em sua incidência, a aplicação pública ou privada pode ser desejável.

Um custo-chave da agência é aquele associado ao perigo de corrupção. Desde O objetivo pessoal dos agentes de execução não pode corresponder a Para isso, existe margem para conluio com os contribuintes. Isso complica seriamente a análise, como uma terceira restrição (sem conluio) deve agora ser levada em conta (OLIVEIRA,2015).

Por enquanto, pode-se afirmar que o combate à corrupção pode ajudar controlar a evasão fiscal, pode ser que medidas anti-evasão como tais em última análise, apenas aumentar o escopo e a extensão da corrupção.

Este confirma que as características institucionais do sistema de execução representam um ponto de importância fundamental. Esses recursos definem a estrutura de incentivos de administrar a conduta dos executores e afetar crucialmente o funcionamento real de todas as ferramentas de aplicação.

6 METODOLOGIA

Esse trabalho foi desenvolvido como uma Pesquisa Exploratória e Qualitativa, pois segundo Gil (2022) “tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar lhe os motivos”. É classificada como Pesquisa Qualitativa já que se trata de uma investigação destinada aos aspectos qualitativos atrelados à questão exposta com o intuito de melhor compreender um fenômeno contemporâneo, normalmente complexo, no seu contexto. Já a classificação como Pesquisa Exploratória traz a possibilidade de fornecer a hipótese da pesquisa a posteriori. Dessa forma, ela não segue a ordem de primeiro levantar uma hipótese e buscar dados empíricos, documentais ou formular uma racionalização para corroborá-la, mas empreender o esforço de compreender uma realidade e levantar os problemas que dela emergem. Gil (2022) afirma que essas investigações possuem como finalidade principal o aperfeiçoamento de ideias ou a exploração de intuições.

Em relação ao método, o presente estudo se caracteriza como revisão bibliográfica, onde, pesquisas com esta metodologia, segundo Gil (2022 p.49), tem o objetivo primordial à exposição dos atributos de determinado fenômeno ou afirmação

de relações entre as variáveis.

O processo de determinação da metodologia a ser utilizada neste estudo ocorrerá mediante a delimitação do objetivo da pesquisa. Deste modo, esta determinação será importante para aperfeiçoar os procedimentos e critérios adotados na coleta e análise dos dados.

Para coleta de dados recorrerá ao uso de material acessível ao público em geral, como livros, artigos acadêmicos, teses, livros e periódicos disponibilizados em bibliotecas e internet. O tratamento dos dados analisados tem como objetivo trazer reflexões, argumentações, interpretações, análise e conclusões a resposta ao problema em investigação. Quanto aos meios, a pesquisa será baseada em referências bibliográficas para aprofundamento maior sobre o tema. Foram extraídas informações de sites como: Google Acadêmico, Scielo, IFSC, e repositórios de Universidades. Foram coletados informações de mais de 10 artigos e livros acerca dos temas desenvolvidos. A revisão de conceitos por meio de pesquisa bibliográfica que aqui se delineará será dividida em capítulos centrais que abordam a temática geral em se baseia o presente estudo.

A pesquisa como um processo planejado, sistemático e controlado necessita de uma técnica que permita o pesquisador alcançar seus objetivos, chegando de forma eficiente a resultados satisfatórios para sua problemática.

Desta forma, compreendendo a variedade de tipos e técnicas de pesquisa, que se optou neste estudo pela pesquisa bibliográfica. Este tipo de pesquisa, segundo Mascarenhas (2018 p. 79), tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com toda fonte de informação escrita, dita ou filmada sobre um determinado assunto.

O instrumento de coleta de dados a ser aplicado faz referência ao tipo de pesquisa utilizado. Assim, como esse estudo é uma pesquisa bibliográfica, o instrumento a ser utilizado será o fichamento.

A confecção das fichas necessitará de um trabalho prévio, descrito por Mascarenhas (2018) como as quatro fases deste tipo de pesquisa. Elas são:

- Identificação: reconhecimento do assunto a partir de catálogos de bibliotecas, bibliografias, índices e abstracts especializados.
- Localização: ocorre após o levantamento bibliográfico e consiste em localizar fichas bibliográficas e consultar o sistema interbibliotecas e catálogos.

- Compilação: consiste em reunir as informações obtidas de forma sistemática.
- Fichamento: transcrição dos dados com exatidão e cuidado do documento, ou seja, o pesquisador anota todos os elementos essenciais ao desenvolvimento do trabalho.

Gil (2022) de forma semelhante, porém mais suscita, divide em apenas em três seções: o levantamento bibliográfico (localização das fontes de informações que tratam do assunto), o levantamento das soluções (análise das fontes) e a confecção das fichas (fichamento dos textos mais relevantes para a pesquisa).

A análise dos dados é uma das fases mais importantes da pesquisa, uma vez que é a partir dela que será feita a construção dos resultados obtidos.

Esta fase será realizada a partir da leitura dos apontamentos, comentários e argumentos apresentados nas fichas. No entanto, não será feita qualquer leitura, mas uma leitura analítica e interpretativa que para Gil (2022) consiste em:

[...] É a mais complexa, já que tem por objetivo relacionar o que o autor afirma com o problema para o qual se propõe uma solução. Na leitura interpretativa procura-se conferir significado mais amplo aos resultados obtidos com a leitura analítica. [...] na leitura interpretativa vai além deles, através de sua ligação com outros conhecimentos já obtidos. (p. 70)

Neste sentido, pretende através destas análises apresentar dados relevantes para a obtenção de resultados condizentes com o objetivo da pesquisa.

Quanto aos meios, considera-se uma Revisão Bibliográfica, pois o propósito desta revisão é fazer o levantamento de materiais bibliográficos para construir uma contextualização do tema escolhido com base em publicações de outros autores.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na revisão bibliográfica realizada, foram identificadas diversas percepções em relação às tendências tecnológicas na contabilidade. Os estudos analisados indicam que:

Há uma percepção comum de que a adoção de ferramentas digitais está transformando a profissão contábil. As ferramentas de automação e os softwares especializados são vistos como fundamentais para melhorar a eficiência e a precisão dos processos contábeis. Segundo Coelho Junior (2020), a utilização de tecnologias

como inteligência artificial e blockchain está revolucionando a forma como os dados são geridos e auditados.

Outro ponto frequentemente mencionado na literatura é a padronização e a integração dos sistemas contábeis. Isso é visto como um fator que não apenas facilita o trabalho dos contadores, mas também aumenta a transparência e a confiabilidade das informações financeiras, conforme discutido por autores como Oliveira e Lima (2021).

Esses pontos refletem a visão otimista quanto às vantagens trazidas pelas tecnologias, embora também reconheçam a necessidade de atualização contínua para acompanhar as inovações.

A revisão bibliográfica também destacou várias implicações sociais e profissionais das inovações tecnológicas na contabilidade. Diversos estudos, como o de Silva (2022), apontam que a tecnologia está mudando o perfil do profissional de contabilidade. As habilidades técnicas continuam importantes, mas há uma crescente demanda por competências em análise de dados, gestão de sistemas de informação e compreensão de tecnologias emergentes.

Uma preocupação recorrente na literatura é o risco de extinção de algumas funções tradicionais do contador devido à automação. Porém, autores como Martins e Souza (2023) argumentam que, embora certas tarefas possam ser automatizadas, novas oportunidades surgem, demandando um papel mais estratégico e consultivo dos contadores.

A literatura também aborda os impactos sociais das inovações tecnológicas, destacando a necessidade de adaptação dos profissionais para evitar desemprego e a importância de políticas educacionais que preparem os futuros contadores para esse novo cenário (Gomes e Ferreira, 2022).

Os desafios e oportunidades trazidos pela transformação digital na contabilidade também são temas recorrentes na revisão bibliográfica. Entre os principais desafios estão a resistência à mudança, a necessidade de investimentos contínuos em tecnologia e formação, e as questões éticas relacionadas à privacidade e segurança dos dados contábeis (Pereira e Almeida, 2023).

Por outro lado, as oportunidades incluem a possibilidade de os contadores se tornarem consultores estratégicos, a melhoria na tomada de decisões empresariais e o aumento da eficiência operacional através da automação (Santos e Oliveira, 2023).

A revisão bibliográfica indica que a transformação digital na contabilidade é inevitável e já está em curso. Percebe-se tanto os benefícios quanto os desafios dessa evolução. A profissão contábil está se tornando mais dinâmica e integrada com outras áreas de gestão, exigindo dos profissionais uma adaptação constante e o desenvolvimento de novas competências. A análise dos estudos aponta que, apesar dos riscos associados às inovações tecnológicas, há um consenso de que o papel do contador continuará sendo vital, embora com novas características e responsabilidades.

8 Considerações Finais

A Contabilidade desempenha um papel fundamental tanto na gestão pública quanto privada, contribuindo para o recolhimento de impostos e desempenhando uma função essencial na manutenção das operações financeiras e na tomada de decisões estratégicas.

No entanto, a crescente digitalização e automação de processos financeiros e contábeis apresentam desafios significativos para os profissionais da Contabilidade. Aqui estão alguns pontos a serem considerados ao analisar essa questão:

As novas tecnologias podem automatizar tarefas rotineiras de contabilidade, como lançamento de dados, reconciliação de contas e geração de relatórios. Isso economiza tempo e reduz erros, mas também pode levantar preocupações sobre a necessidade de menos profissionais em algumas funções tradicionais.

À medida que as tarefas rotineiras são automatizadas, os contadores precisarão desenvolver habilidades analíticas e interpretativas mais avançadas.

Eles se tornarão consultores financeiros estratégicos, fornecendo insights e análises críticas para apoiar a tomada de decisões de negócios.

Com a digitalização, a segurança dos dados financeiros torna-se uma preocupação importante. Os profissionais da Contabilidade devem entender e lidar com questões de segurança cibernética e ética relacionadas ao manuseio de informações financeiras confidenciais.

Os contadores devem se manter atualizados com as mais recentes tecnologias contábeis, como software de contabilidade em nuvem, inteligência artificial e blockchain, para aproveitar ao máximo essas ferramentas em seu trabalho.

A aprendizagem ao longo da vida será fundamental para os contadores permanecerem relevantes. Eles precisarão buscar oportunidades de educação continuada para aprimorar suas habilidades técnicas e manter-se informados sobre as mudanças regulatórias e tecnológicas.

Além das responsabilidades tradicionais, os contadores podem desempenhar um papel estratégico ainda mais significativo nas organizações, ajudando a planejar estratégias financeiras de longo prazo e a otimizar o desempenho financeiro.

Neste sentido, a profissão contábil está em constante evolução devido às novas tecnologias e à era digital. Embora isso possa representar desafios, também oferece oportunidades para os contadores se destacarem como profissionais estratégicos e valiosos nas organizações. A educação e a adaptação às mudanças tecnológicas serão cruciais para garantir a relevância contínua da profissão contábil no futuro.

Proposta de pesquisa futura, pode ser: a realização de estudos de caso em empresas que implementaram com sucesso tecnologias contábeis digitais pode fornecer insights valiosos sobre melhores práticas, desafios enfrentados e lições aprendidas.

REFERÊNCIA

AGUIAR, Adalberto Luiz; FREZATTI, Fabio. **Contabilidade gerencial: uma abordagem prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007 apud BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Albertin, Alberto Luiz, Rosa Maria de Moura. **Tecnologia de Informação**. Atlas, 2004.

ALMEIDA, João Ferreira de; COSTA, António Firmino da; MACHADO, Fernando Luís. **Famílias, estudantes e universidade-painéis de observação sociográfica**. 1988.

ANTHONY, R. N.; GOVINDARAJAN, V. **Sistemas de controle gerencial**. 12. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

ANTHONY, R. N.; GOVINDARAJAN, V. **Sistemas de controle gerencial**. São Paulo: McGraw Hill, 2008.

BAUREN, I.M. **Impacto da Interação do sistema de controle gerencial na eficácia da controladoria**. Campo Largo: RECADM, 2013. Disponível em > <https://go.gale.com/ps/i.do?id=GALE%7CA538247243&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&inkaccess=abs&issn=16777387&p=IFME&sw=w&userGroupName=an on%7E6315819a&aty=open-web-entry> acesso em 22/03/2024.

BORINELLI, M. L. **Estrutura conceitual básica de controladoria**. Tese de Doutorado USP, 2006. Disponível em > <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-19032007-151637/pt-br.php> acesso em 03/04/2024.

BROWN, G. R. **Changing audit objectives and techniques**. *The Accounting Review*, v. 37, n. 4, Oct. 1962. Disponível em > <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/kalins-pdf/singles/conceitos-e-interpretacoes.pdf> acesso em 03/04/2024.

CATELLI, A.; SANTOS, E. S; **Internet: desafio para uma contabilidade interativa**. *Rev. contab. finanç.* vol.12 no.25 São Paulo Jan./Apr. 2001 Disponível em > <https://doi.org/10>

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública: provas e concursos**. Editora Manole, 2016.

COOPER, R. **Casting techniques to support corporate strategy: evidence from Japan**. *Management Accounting Research*, v.13, n1, 1996. Disponível em > https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/55896/1/LEANDRO_JOVES_DOS_SANTOS.pdf acesso em 22/04/2024.

DEITOS, M. L. M. S. **A formação do profissional de Ciências Contábeis num contexto de permanente inovação nos processos produtivos**. *Revista Brasileira de Contabilidade*; nº170; mar/abril 2008.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Hélice **Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo**. Estud. av. vol.31 no.90 São Paulo, 2017 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190003>.

EVERAERT, P.; LOOSVED, S.; ACKER, T. V.; SCHOLLIER, M.; SARENS, G.; **Characteristics of target costing: theoretical and field study perspectives. Qualitative Research in Accounting & Management**,v 3,n.3,2006. Disponível em > <http://hdl.handle.net/1854/LU-353399> acesso em 22/04/2024.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras**. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 40, n. 3, p. 18-25, 2000 Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0034-75902000000300003>. Acesso em: 25 Mar. 2024.

FREZETTI, F. **Diferenciações entre contabilidade gerencial e financeira**. R. Com.Fin., USP, São Paulo, n 44 p-9 a 22, 2007.

Gil, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas: São Paulo, 2007. Disponível em > <https://www.scielo.br/j/rcf/a/kQr54pf9gRc6ydwLj96fv8F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em:17/04/2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GODOY, A.S. **Pesquisa qualitativa: tipos e fundamentos**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, 1995. Disponível em > <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>. Acesso em: 05/05/2024.

GUERREIRO, R. **O entendimento da Contabilidade gerencial sob a ótica da teoria institucional**. O&S - v.12 – n 35, 2006. Disponível em > <https://doi.org/10.1590/S1984-92302005000400005>. Acesso em: 05/05/2024.
IUDÍCIBIUS, S. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução à Ciência da Contabilidade**. 3ª. Ed - São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOCH-NECKEL, Gecioni et al. **Desafios para a ação interdisciplinar na atenção básica: implicações relativas à composição das equipes de saúde da família**. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1463-1472, 2009.

MALACRIDA, Mara J. C.; YAMAMOTO, Marina Mitiyo; PACCEZ, João Domiraci. **Fundamentos da Contabilidade: A Contabilidade no Contexto Global**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
MONDEN, Yasuhiro; HAMADA, Kazuhiro. Target Costing and Kaizen Costing in Japanese Automobile Companies. *Journal of Management Accounting Research*, 1991.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. Ed. Compacta. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em > http://ftp.demec.ufpr.br/disciplinas/EngMec_NOTURNO/TM038/2013-1/Livro_-_Introdu%27%E3o_%E0%A0_Administra%E7%E3o_-_Antonio_Cesar_Amaru_Maximiano_-_5%B0Ed.pdf. Acesso em :23/04/2024.

MILLS, Geoffrey T. **Auditing and Assurance Services**. New York: McGraw-Hill, 1994 apud OLIVEIRA, Leonardo M. A Evolução da Auditoria no Brasil: Uma Análise Histórica. São Paulo: Atlas, 2001.

O'BRIEN, James A. **Sistema de Informação e as decisões gerenciais na era da internet**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

OLIVO, Ana Maria; BOSCHILIA, Luiz. **A importância da contabilidade para a gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVO, Ana Maria; BOSCHILIA, Luiz. **Contabilidade geral e gerencial: conceitos introdutórios para os cursos superiores de tecnologia**. Florianópolis, 2012. Disponível em > https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro_contabilidade_miolo.pdf. Acesso em: 06/04/2024.

OTLEY, D. **The contingency theory of management accounting and control: 1980-2014**. Management Accounting research, 2016. Disponível em > <https://doi.org/10.1016/j.mar.2016.02.001>. Acesso em : 23/04/2024.

PADOVESE, Clóvis Luis. **Controladoria Estratégica e Operacional**. 3ª Edição Revista e Atualizada. Cengage, 2013.

PRODANOV. C.C; FREITAS. E.C. **Metodologia do Trabalho Científica: Métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Ed. Universidade Fevale, 2013. Disponível em > <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 24/03/2024.

RICARDINO, Á.; CARVALHO, L. N. **Breve retrospectiva do desenvolvimento das atividades de auditoria no Brasil**. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, São Paulo, n. 35, p. 22-34, maio/ago. 2004. Disponível em > <https://doi.org/10.1590/S1519-70772004000200002>. Acesso em: 23/04/2024.

RICARDINO, Álvaro; CARVALHO, L. Nelson Breve. **Retrospectiva do Desenvolvimento das Atividades de Auditoria no Brasil**. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, São Paulo, n. 35, p. 22 -34, maio/agosto 2004.

SCHMIDT, P. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre, 2000. 231 p.

SOUZA, F.F. et al. **Interações entre contabilidade gerencial e inovação**. **Porto de Galinhas**: XXIII Congresso Brasileiro de Custos, 2016. Disponível em > <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4088>. Acesso em: 27/04/2024.

TERRA, B. **Contabilidade da Inovação**. Rio de Janeiro: Edição dos autores, 2019.

TESSMANN, G. M. **O desafio da contabilidade digital para os profissionais contábeis**. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC, 2011. Disponível em > <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/506/1/Gislaine%20de%20Melo%20Tessmann%20.pdf>. Acesso em: 06/04/2024.

TOMA, Eugen; TOMA, Ioan. **Delegation of Enforcement Tasks: A Case Study of Tax Collection**. Journal of Public Economics, 1992.

TORRES, Anália et al. Homens e mulheres entre família e trabalho. **Lisbon: CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego)**, 2004.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2004. Disponível em > <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/vergara-mc3a9todos-de-pesquisa-em-administrac3a7ao-sylvia-vergara.pdf>. Acesso em: 06/04/2024.

Página de assinaturas



Aline Ferreira
010.749.472-82
Signatário



Cristina Cruz
034.926.841-06
Signatário








Mateus Sousa
034.782.562-16
Signatário



William Gomes
035.216.042-09
Signatário

HISTÓRICO

- | | | |
|-------------------------|---|---|
| 25 jul 2024
18:33:39 |  | Cristina Bottega Cruz criou este documento. (Email: cristinabottega.job@gmail.com, CPF: 034.926.841-06) |
| 25 jul 2024
18:33:39 |  | Cristina Bottega Cruz (Email: cristinabottega.job@gmail.com, CPF: 034.926.841-06) visualizou este documento por meio do IP 45.7.26.138 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil |
| 25 jul 2024
18:50:40 |  | Cristina Bottega Cruz (Email: cristinabottega.job@gmail.com, CPF: 034.926.841-06) assinou este documento por meio do IP 45.7.26.138 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil |
| 25 jul 2024
19:42:03 |  | Mateus da Silva Sousa (Email: adm@fadesa.edu.br, CPF: 034.782.562-16) visualizou este documento por meio do IP 45.7.26.67 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil |
| 25 jul 2024
19:42:07 |  | Mateus da Silva Sousa (Email: adm@fadesa.edu.br, CPF: 034.782.562-16) assinou este documento por meio do IP 45.7.26.67 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil |
| 25 jul 2024
18:48:34 |  | Aline de Oliveira Ferreira (Email: aline.oliferreira@gmail.com, CPF: 010.749.472-82) visualizou este documento por meio do IP 170.239.3.50 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil |
| 25 jul 2024
18:48:42 |  | Aline de Oliveira Ferreira (Email: aline.oliferreira@gmail.com, CPF: 010.749.472-82) assinou este documento por meio do IP 170.239.3.50 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil |
| 25 jul 2024
19:48:55 |  | William Araujo Gomes (Email: william.gomesaraujo@outlook.com, CPF: 035.216.042-09) visualizou este documento por meio do IP 179.84.220.38 localizado em Belém - Pará - Brazil |



25 jul 2024
19:49:00



William Araujo Gomes (Email: william.gomesaraujo@outlook.com, CPF: 035.216.042-09) assinou este documento por meio do IP 179.84.220.38 localizado em Belém - Pará - Brazil

